



PODER LEGISLATIVO
ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS
PROCURADORIA ESPECIALIZADA DE ACESSORAMENTO LEGISLATIVO
PARECER JURÍDICO INTERNO Nº 77/2019



PARECER JURÍDICO PRÉVIO Nº 149/2019

PARECER JURÍDICO PRÉVIO AO PROJETO
DE LEI N. 072/2019, E À EMENDA
MODIFICATIVA Nº 012/2019.

I – RELATÓRIO:

Foi encaminhado por meio do Expediente Interno o Projeto de Lei nº 072/2019, de autoria do Executivo, que visa alterar dispositivos das Leis nº. 4.726/2017, 4.230/2002 e 4.532/2013. No transcorrer do processo legislativo fora protocolado uma emenda modificativa à referida Proposição, qual seja, a Emenda Modificativa nº 012/2019, que também será analisada neste Parecer.

Os textos foram encaminhados a esta Procuradoria, para fins de emissão de parecer prévio, conforme §1º, do art. 241, do Regimento Interno.

As proposições encontram-se devidamente acompanhadas de justificativas.

É o relatório.

Handwritten signature



PODER LEGISLATIVO
ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS
PROCURADORIA ESPECIALIZADA DE ACESSORAMENTO LEGISLATIVO
PARECER JURÍDICO INTERNO Nº 77/2019



II – FUNDAMENTAÇÃO:

No que se refere à iniciativa da propositura, é do Chefe do Executivo a competência privativa para iniciar Projetos de Lei que versem a respeito das matérias dispostas no art. 53 da LOM. E, o Projeto em análise encaixa-se em quase todos os incisos do referido artigo, salvo o VI, que trata a respeito de desafetação, aquisição, alienação e concessão de bens imóveis municipais, por isso ele não fora citado abaixo:

Art. 53. São de iniciativa privativa do Prefeito as leis que disponham sobre:

- I orçamento anual, diretrizes orçamentárias e plano plurianual;
- II criação, extinção ou transformação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta, autárquica e fundacional;
- III fixação ou aumento de remuneração dos servidores;
- IV servidores públicos municipais, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;
- V organização administrativa, serviços públicos e de pessoal da administração; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica no 001/2016, de 26 de abril de 2016)

[..]

- VII criação, estruturação e atribuições dos órgãos da administração pública municipal.

Os objetos do Projeto de Lei n 072/2019 inserem-se no rol da competência legislativa municipal, porquanto trate de assunto de interesse local. E ainda, verifica-se que se trata de matéria de competência legislativa privativa, de modo que respeita o art. 53 da Lei Orgânica Municipal.

Vencido o aspecto da competência e iniciativa legislativa, esta Procuradoria passa a analisar outros aspectos.

É mister ressaltar que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (2018), Lei Municipal nº 4.751/2018, autorizou o Poder Executivo a enviar para a Câmara Municipal, Projeto de Lei que vise criar cargos ou funções:



PODER LEGISLATIVO
ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
PROCURADORIA ESPECIALIZADA DE ACESSORAMENTO LEGISLATIVO
PARECER JURÍDICO INTERNO Nº 77/2019



Lei Municipal nº 4.751/2018

Art. 31. O Poder Executivo fica autorizado, conforme disposto no art. 169 da Constituição Federal, a enviar à Câmara Municipal de Parauapebas, projeto de Lei que vise criar cargos, empregos e funções ou alterar a estrutura de carreiras, bem como admitir ou contratar pessoal.

O Protejo, entre outras medidas, visa criar cargos e funções, e, tais medidas foram autorizadas pela LDO (2018), assim, o Projeto em comento encontra respaldo na Lei Municipal nº 4.751/2018.

Analisando-se cargo a cargo a ser criado, função a função a ser instituída, verifica-se que não há quaisquer ilegalidades ou inconstitucionalidades em suas criações, salvo o Cargo Comissionado que o Projeto denominou de Assessor Técnico do PROSAP. Explica-se.

A Constituição Federal de 1988, no inciso II, do art 37, afirma que "a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração". Sendo que "as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento (inciso V, do art. 37 da CF).

Além disto, a Constituição Federal também prevê que "A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (Art. 37, *caput*).

De tais normas se abstrai a principiologia constitucional atinente à formação dos



PODER LEGISLATIVO
ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS
PROCURADORIA ESPECIALIZADA DE ACESSORAMENTO LEGISLATIVO
PARECER JURÍDICO INTERNO Nº 77/2019



quadros de pessoal pela Administração Pública, seja ela federal, estadual ou municipal: como regra, o ingresso far-se-á por concurso público e, no que interessa ao presente caso, admite-se a livre nomeação e exoneração, em recrutamento amplo ou limitado, nos casos previstos em lei, para ocupação de cargos de provimento em comissão que possuam atribuições de **CHEFIA, DIREÇÃO OU ACESSORAMENTO**, sendo a **fidúcia/confiança** elemento inerente e essencial ao cargo. Sendo a regra o ingresso por concurso público, a exceção deve ser interpretada restritivamente, sempre sob o crivo da razoabilidade, sob pena de burla à impessoalidade preconizada pela Constituição.

Consta-se que o cargo comissionado de Assessor Técnico do PROSAP a ser criado pelo PL 072/2019 não têm em sua essência a fidúcia elemento inerente e essencial ao cargo, na medida em que suas atribuições não se enquadram em chefiar, dirigir ou assessorar.

Ocorre que durante o trâmite do Projeto de Lei nº 072/2019, e antes deste Parecer, adveio Emenda Modificativa a esta proposição, protocolizada pelo Poder Executivo no dia 19 de setembro de 2019, com a finalidade de alterar justamente o art. 10 da proposição, que trata do cargo comissionado em questão. Sendo assim, passa-se a analisar a emenda em tela, pois não há sentido analisar o art. 10. do projeto original, se há intenção do Prefeito em modificá-lo.

Pois bem, a Emenda Modificativa altera a nomenclatura do cargo de Assessor Técnico do PROSAP, para Assessor Especial do PROSAP. E ainda, modifica suas atribuições. Da leitura delas, depreende-se que tal Assessor executará tarefas de direção, chefia ou assessoramento. Sendo assim, com a aprovação da Emenda será sanada a iniquidade do Projeto.

Além de criação de cargos comissionados, e de funções, a proposição visa ainda majorar o quantitativo do cargo comissionado de Assessor Especial II, na medida em que o art. 12 do Projeto em comento afirma a criação de mais dois cargos de Assessor Especial II.



PODER LEGISLATIVO
ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS
PROCURADORIA ESPECIALIZADA DE ACESSORAMENTO LEGISLATIVO
PARECER JURÍDICO INTERNO Nº 77/2019

36
[Assinatura]

As medidas citadas acima implicam inevitáveis aumentos de despesas, e, para tal é preciso que se observe o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal. Desde já, afirma-se que foram cumpridos os requisitos exigidos pela LRF, quais sejam: a) estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (inc. I, art. 16); b) declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a legislação orçamentária (inc. II, art. 16); c) demonstração da origem dos recursos necessários para o custeio das novas despesas (§ 1º, art. 17).

Por fim, constata-se que o Projeto de Lei almeja ainda realizar um remanejamento orçamentário, é o que se afirma no art. 16 da proposição. E, pelo princípio da proibição de estorno de verbas, é vedada a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa (CF, art. 167, VI¹). Por categoria de programação deve-se entender a função, a sub-função, o programa, o projeto/atividade/operação especial e as categorias econômicas de despesas.

Por esse motivo, o Chefe do Poder Executivo encaminhou à Câmara Municipal um pedido de autorização para a realização de tal tarefa. Se o Poder Legislativo aprovar o Projeto de Lei em comento, estará por conseguinte autorizando tal remanejamento, que será efetivado *a posteriori* por meio de Decreto Municipal, como prevê o art. 16 da proposição.

Portanto, o exame apurado das presentes proposições demonstram sua regularidade, nada impedindo a essência contida no Projeto de Lei, com a aprovação da respectiva Emenda Modificativa (nº 12/2019), nem a apreciação pelo soberano Plenário quanto ao aspecto jurídico.

1Art. 167. São vedados: [...] VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

[Assinatura]



PODER LEGISLATIVO
ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS
PROCURADORIA ESPECIALIZADA DE ACESSORAMENTO LEGISLATIVO
PARECER JURÍDICO INTERNO Nº 77/2019



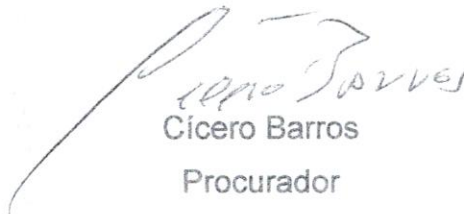
III) CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto esta Procuradoria Especializada de Assessoramento Legislativo dado que atendidos os aspectos da constitucionalidade e legalidade, entende, conclui e opina pela **CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE** do Projeto de Lei 072/2019, com a aprovação da Emenda Modificativa nº 012/2019.

À Comissão de Constituição, Justiça e Redação para as providências que entender pertinentes.

É o parecer, s.m.j.

Parauapebas, 24 de setembro de 2019.


Cícero Barros
Procurador
Mat. 0662323


PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS
Dr. Celso Valério N. Pereira
Procurador Geral Legislativo
Port. 072/2019